



# ETNOGRAFANDO CAMINHOS: OS DESLOCAMENTOS QUE NOS LEVAM À ILHA ENCANTADA

Leonardo Silveira Santos

Doutorando em Antropologia e Sociologia na Universidade Federal do Pará  
leonardosilveirasantos7@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7064-137>

**REVZAB**  
● ● ● ● ● ●



## RESUMO

O artigo aborda o deslocamento etnográfico não apenas como ferramenta metodológica, mas como experiência sensorial e epistemológica na construção do conhecimento antropológico. Tomando a ilha de Itapuá como locus de análise, inscreve-se em uma linhagem de pesquisas que remontam aos trabalhos de Heraldo Maués e Angélica Motta-Maués na década de 1970 e às investigações de Gisela Villacorta na virada do século XXI. Ao longo desse período, a pesca como eixo estruturante da vida social, enquanto a agricultura cedeu espaço a novas dinâmicas socioeconômicas e religiosas. Compreender Itapuá demanda atentar-se aos fluxos de informação e às nuances nos modos de vida, que evidenciam as interações sociais e ambientais ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Deslocamento etnográfico; experiência sensorial; epistemologia; modos de vida.

---

## ABSTRACT

The article addresses ethnographic displacement not only as a methodological tool, but also as a sensory and epistemological experience in the construction of anthropological knowledge. Taking the island of Itapuá as its locus of analysis, it situates itself within a lineage of research that dates back to the work of Heraldo Maués and Angélica Motta-Maués in the 1970s, as well as the investigations of Gisela Villacorta at the turn of the 21st century. Over this period, fishing has remained a structuring axis of social life, while agriculture has given way to new socioeconomic and religious dynamics. Understanding Itapuá requires attention to the flows of information and to the nuances in ways of life that reveal the evolving social and environmental interactions over time.

**Keywords:** Ethnographic displacement; sensory experience; epistemology; ways of life.

---

## RESUMEN

El artículo aborda el desplazamiento etnográfico no solo como herramienta metodológica, sino como experiencia sensorial y epistemológica en la construcción del conocimiento antropológico. Tomando la isla de Itapuá como locus de análisis, se inscribe en una línea de investigaciones que remonta a los trabajos de Heraldo Maués y Angélica Motta-Maués en la década de 1970 y a las indagaciones de Gisela Villacorta en el cambio de siglo XXI. A lo largo de este período, la pesca se mantuvo como eje estructurante de la vida social, mientras la agricultura cedió espacio a nuevas dinámicas socioeconómicas y religiosas. Comprender Itapuá exige atender a los flujos de información y a las sutilezas en los modos de vida, que ponen en evidencia las interacciones sociales y ambientales a lo largo del tiempo.

**Palabras clave:** Desplazamiento etnográfico; experiencia sensorial; epistemología; modos de vida.

## Introdução

Quando nos propomos a compreender os aspectos socioculturais de um determinado grupo social, o deslocamento do pesquisador ao campo é algo que permeia, na maioria dos casos, a elaboração etnográfica. Esse caminhar é repleto de potencialidades que imergem das experiências vividas. Como nos conta Mariza Peirano (2014) a antropologia trabalha na empiria, na vivência dos eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos, esse é o mundo a ser analisado. Assim, o deslocar-se é repleto de falas entrecortadas, de escutas terceirizadas e de experimentar um pequeno fragmento da realidade do grupo social.

No exercício da etnografia na Amazônia, os deslocamentos frequentemente nos conduzem por caminhos e paisagens diversas, sobretudo quando nos propomos a sair dos limites do espaço urbano. Lancha, barco, ônibus, carro, moto; ramais, asfalto, água doce e salobra; mangues, várzea e terra firme; vilas, cidades, comunidades, aldeias, ilhas, continentes e sítios; agropecuária, mineração, monoculturas, predação. Caminhos que nos levam a uma Amazônia paraense multifacetada, de ecossistemas e realidades diversas. Cada deslocamento carrega consigo particularidades, variações de afetos e adaptações metodológicas. Assim, neste escrito, optamos por nos enveredar pelos caminhos de um determinado lugar, a ilha de Itapuá, descrevendo e refletindo sobre as falas, as práticas locais e outras potencialidades que o deslocamento oferece ao fazer etnográfico. Este estudo possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)<sup>1</sup> e possui colaboração do Grupo de Pesquisa *Karuara: Saberes, Cosmopolíticas, Modos de Vida, Paisagens e Ontologias das Religiões na Amazônia*.

63

Antes de adentrarmos essa elaboração de uma etnografia do deslocamento, vale destacar que a ilha de Itapuá tornou-se um local clássico da antropologia paraense, muito devido aos estudos elaborados por Heraldo Maués (1990) e Angélica Motta-Maués (1993), na década de 1970. Suas pesquisas abordaram diversos temas, como aspectos da religião, com destaque para a pajelança cabocla e o catolicismo popular, e relações entre trabalho e gênero. Somam-se a eles, a descrição de aspectos socioculturais e ambientais da ilha. A Itapuá revelada em seus escritos era formada majoritariamente por pescadores artesanais, de pequenas casas de madeira e com vários roçados de mandioca, onde a pesca seria exclusivamente masculina e a roça predominantemente feminina. Essas atividades também refletiriam a base alimentar da ilha, voltada no consumo de peixes da região, açaí e farinha de mandioca. Costumeiramente, o acesso até o mundo itapuaense era realizado pelas águas; o ramal, apesar de sua existência, imputava perigos aqueles que desafiavam o seu solo lamacento, sendo pouco visitado pelos moradores da ilha.

Vinte e cinco anos depois, no início do século XXI, Gisela Macambira Villacorta, em parceria com Heraldo e Angélica Motta-Maués, escreveu um artigo sobre matintapereras<sup>2</sup> e pajés<sup>3</sup>. Nesse texto, além de abordar o tema central da pesquisa, foram demonstradas, analisadas e comparadas informações e vivências que revelaram a existência de duas Itapuás, com dinâmicas sociais transformadas ao longo do tempo, algo esperado quando se trata de modos de vida. Por exemplo, em ambos os estudos, a pesca aparece como principal atividade econômica e predominantemente masculina; no entanto, o mesmo não se pode dizer da agricultura, que perdeu força diante das mudanças sociais.

A esse fenômeno, a autora atribui a três fatores: as mulheres passaram a ocupar outras

atividades remuneradas, como o preparo e a venda de polpa de fruta; elas também começaram a frequentar e a ter um maior pertencimento nos cultos evangélicos, como apontado nesse trecho da obra “os ofícios e o cuidado necessário à manutenção do espaço dos cultos parece ter, em parte, “substituído” o trabalho que antes era carreado para as roças” (Motta-Maués; Villacorta, 2008: 337); e a mudança na paisagem de Itapuá, que ocorre mediante o aumento populacional, impulsionada pela maior presença de pessoas de fora da ilha, e a formação de fazendas, sítios e outras atividades extrativistas que ou eram rarefeitas ou não foram descritas nos estudos realizado na década de 1970.

Embora fique evidente que essas pesquisas não tenham se aprofundado na relação do deslocamento até a ilha (esse não era o foco principal de suas investigações), elas nos ajudam a pensar Itapuá a partir de uma descrição histórico-antropológica desse lugar e dos modos de vida. Se hoje, em 2025, pisamos em uma ilha onde a pesca ainda se mostra muito forte como atividade econômica, alimentar e de identidade. Por outro lado, os quintais se apresentam cada vez mais fragilizados na medida em que observamos a desertificação em um horizonte descampado.

A primeira tarefa que cabe a este escrito, antes de adentrarmos propriamente no tema deste trabalho, é esclarecer ao leitor ou à leitora que esta não é uma pesquisa sobre a evolução de Itapuá, muito menos de tentar dar linearidade às dinâmicas sociais do grupo. Embora os textos antropológicos previamente mencionados possam nos dar uma ideia de modificações ao longo do tempo, que do ponto de vista antropológico é natural que ocorra, essas obras refletem o que o autor e as autoras puderam observar durante suas vivências, a contingência dos eventos vividos, bem como o que eles(as) julgaram relevante ao ponto de destacar em seus respectivos escritos. James Clifford (2011) evidenciou que o etnógrafo, ao apresentar a sua experiência de forma textual, não o faz por meio de objetividade e neutralidade, mas sobre influência do contexto histórico, político e subjetivo do pesquisador e dos interlocutores.

O que pretendo demonstrar aqui é que os fluxos de informações e os modos de vida são dinâmicos, e nenhuma pesquisa pode capturar plenamente a complexidade dessas interações. Por exemplo, a pesca como fenômeno protagonizador na vida social dos(as) itapuaenses, não quer dizer que os métodos, os materiais ou os locais se mantenham idênticos àqueles observados pelos(as) pesquisadores(as). Da mesma forma, a transformação dos quintais, de roças de mandioca em sítios, não elimina as nuances e mudanças ocorridas entre esses períodos e outras formas de relações com o local. Portanto, esta pesquisa possui a consciência que as informações aqui registradas não retratam uma totalidade ou um quadro fixo, elas se desatualizam na ampulheta do tempo e marcam aquilo que, dentro de um contexto, despertou os sentidos vividos pelo autor.

O objetivo deste estudo é evidenciar a maneira pela qual o deslocamento do etnógrafo se entrelaça ao processo investigativo. Frequentemente, os mesmos percursos são trilhados por seus interlocutores, revelando os desafios da mobilidade, sobretudo em contextos afastados dos grandes centros urbanos. Ademais, este artigo explora as dimensões epistemológicas inerentes a esses trajetos, destacando como, por meio deles, o pesquisador se insere no sistema cultural local, possibilitando análises das dinâmicas socioculturais e ambientais desses espaços.

Para atingir nosso objetivo, realizamos múltiplas incursões à Itapuá entre os anos



de 2021 e 2025, com períodos variados de permanência na ilha e recorrendo aos meios de transporte mais usuais no cotidiano local para o nosso deslocamento. Ao longo desses trajetos, engajamo-nos em conversas informais, ‘puxando papo e dando trela’ (Fleischer, 2018), estabelecendo contato com moradores que, ao compartilhar suas vivências, entrelaçavam suas histórias pessoais à da própria ilha. Nessas interações, emergiram não apenas memórias e narrativas sobre as transformações do território, do que foi, do que é e do que poderá ser, mas também reivindicações estruturais e percepções sobre as mudanças sociais e ambientais ao longo do tempo.

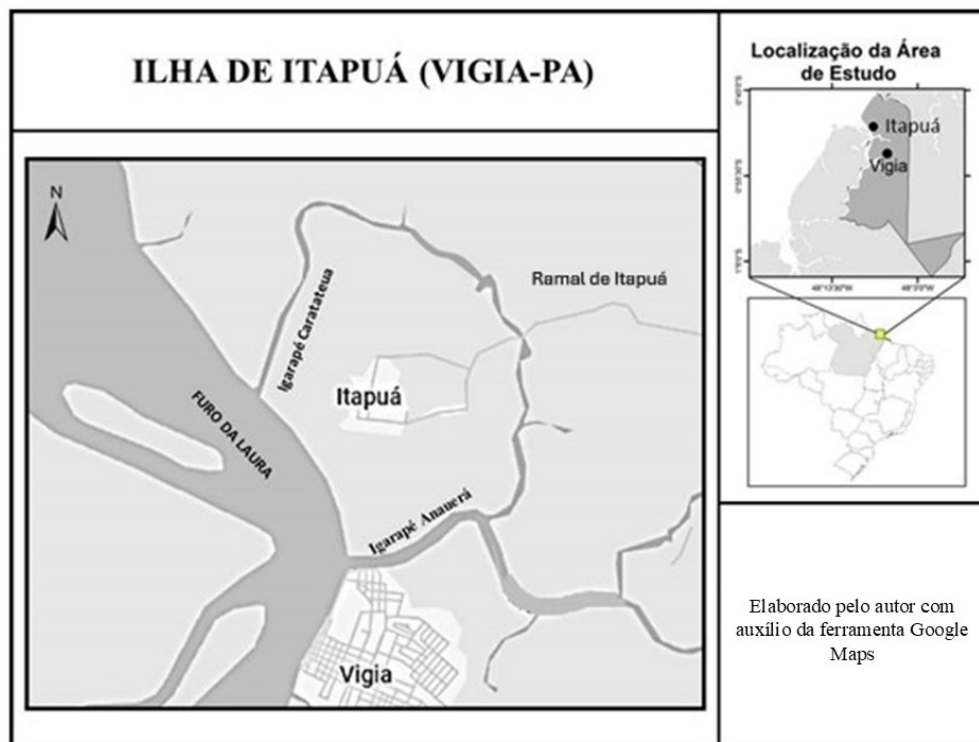
Nessa pesquisa evitou-se a utilização de caderno de campo e gravadores no momento do deslocamento, o intuito era estabelecer conversas mais fluidas que focassem em direcionamentos diversos, como o estudo do cotidiano ou ordinário e do transitório (Deslauriers; Kérisit, 2014). Evidente que houveram anotações, mas foram realizadas em momentos posteriores ao nosso deslocamento.

Este artigo se estrutura em três partes interconectadas. Inicialmente, delineamos a área de estudo, enfatizando as configurações socioculturais e ambientais que compõem a vivência e a bibliográfica na e da ilha de Itapuá. Em seguida, no tópico *Etnografando o deslocamento*, lançamos um olhar etnográfico sobre os percursos cotidianos entre Vigia e Itapuá, analisando suas múltiplas dimensões. O primeiro eixo trata da mobilidade terrestre pelo ramal, onde são examinadas as dinâmicas de deslocamento, as transformações socioeconômicas e os impactos ambientais em um território atravessado por monoculturas, pecuária e mineração, práticas que reconfiguram a paisagem e tensionam as relações socioecológicas. O segundo eixo foca na travessia fluvial, ressaltando as interseções entre pesca, religiosidade e processos de mudança socioambiental. A partir das narrativas locais, exploramos a coexistência entre pesca artesanal e industrial, as reconfigurações da paisagem e do imaginário coletivo. Finalmente, a conclusão destaca as potencialidades da etnografia do deslocamento enquanto ferramenta analítica para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que emergem nos contextos estudados.

## Área de Estudo

Localizada próxima à baía do Marajó, a ilha de Itapuá (Figura 1), situada nas coordenadas 0°49'48.4"S e 48°08'18.8"W, está vinculada ao município de Vigia de Nazaré - considerado por muitos vigienses e historiadores, como a cidade mais antiga do Pará<sup>4</sup>. Vigia também desponta, segundo informações do Censo 2022, como uma das cidades mais populosas da microrregião paraense a qual pertence, com aproximados 51 mil habitantes (IBGE, 2023).

**Figura 1 – Distribuição geográfica de Itapuá.**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir da ferramenta Google Maps e do Mapa de Localização do furo da Laura.

O território vigiense abrange uma área de 401.589 km<sup>2</sup>, fazendo fronteira com os municípios de São Caetano de Odivelas, Colares e Santo Antônio do Tauá. Dentro desse território, aproximadamente 8.500 km<sup>2</sup> correspondem à área de Itapuá, conforme medições feitas pelo aplicativo “medição de área”. Além disso, podemos destacar que a ilha pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião do salgado paraense<sup>5</sup>.

O ambiente da ilha de Itapuá foi descrito como uma espécie de savana amazônica, por apresentar vegetação típica nas proximidades de rios e igarapés, além de solos mais arenosos, como foi apresentado na pesquisa de Ana Campos e Mário Jardim (2020). Por outro lado, as áreas estuarinas, sujeitas à sazonalidade das inundações de águas salobras, favorecem a formação de extensos manguezais. Assim, pode-se dizer que Itapuá abriga uma diversidade de ecossistemas interligados, onde zonas de transição surgem entre a água, manguezais, várzeas e terra firme, coexistindo e criando uma dinâmica ecológica única.

A ilha possui um grupo social que, em grande maioria, se identifica como pescadores artesanais. Esse aspecto foi muito forte nas pesquisas de Maués, Motta-Maués e Villacorta, bem como se repete agora neste estudo. A relação com a pesca, apesar das dinâmicas sociais e a proximidade com o centro urbano de Vigia, atravessa o tempo e se mantém como símbolo da identidade itapuaense. Na ilha, vamos perceber que a pesca vai além de uma atividade econômica. Se olharmos para aqueles que possuem outros ofícios, vamos perceber que estes guardam memórias sobre a pescaria ou a praticam nos momentos de lazer ou como forma de subsistência. Como nos ensina Roberto Cardoso de Oliveira (2000), a identidade é um fenômeno cuja inteligibilidade requer contextualizá-lo no interior das sociedades que o abrigam. Assim, se levarmos em consideração a pluralidade dos itapuaenses, é possível dizer

que há múltiplos contextos e, por isso, diversidade de grupos e de identidades, mas que possuem profundas raízes, ancestralidades, na pesca.

## Etnografando o Deslocamento

Agora, convido o leitor para conhecer os caminhos percorridos até a ilha de Itapuá, nessa caminhada destacamos aspectos sociais, econômicos e ambientais que podem ser observados a partir da etnografia nas águas e no ramal, entre o centro comercial e urbano de Vigia (Continente) e Itapuá (ilha). Como Mariza Peirano (2014: 386) nos ensina, uma boa etnografia busca colocar no texto, em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos, o que foi a ação vivida. Em outros termos, é a tentativa de expressar, no texto escrito, as emoções e os sentidos experienciados pelo etnógrafo. Esse ofício, por vezes, aproxima-se de um romancista, não no sentido de romantizar a realidade, mas de elaborar uma redação que dialoga com o gênero literário romanesco em sua forma de descrever e refletir sobre a vivência e as realidades sociais.

O alvorecer de nossa locomoção parte da área mais populosa de Vigia, o seu centro comercial. Lá, ao falarmos nossa intenção de ir à Itapuá, muitos vigienses, antes mesmo de nos indicar o caminho, faziam alusões ao lugar, como é o caso de “*vocês vão à terra dos mudos?*”, ou “*lá nos alemães?*”, ou “*na terra das laranjas?*”. Em verdade, se comparada aos próprios vigienses, as pessoas da ilha geralmente possuem estatura elevada e pele alva, mas ainda não encontrei qualquer tipo de material ou de antepassado que ligue itapuenses e alemães. Em todo caso, isso não deixa de ser um fato interessante e que pode ser melhor aprofundado em pesquisas futuras, bem como, a relação das laranjeiras com a ilha e a tal mudez, que ao meu ver nunca me foi percebida.

A partir dos diálogos curtos e entrecortados entre os vigienses, emergiu uma memória banhada de adjetivações e estereótipos sobre os itapuaenses. No entanto foi também a partir dessas falas que descobrimos haver duas possibilidades para chegarmos à ilha encantada<sup>6</sup> e pisarmos em seu chão mágico<sup>7</sup>. De maneira mais “usual”, as pessoas realizam o trajeto seja por via terrestre, através do ramal de Itapuá, ou por rota fluvial, pelo furo da Laura.

### *O ramal de Itapuá: entre a poeira e a lama*

Se o viajante optar pelo ramal, ele poderá “pegar” um ônibus no centro de Vigia que o levará até a ilha, pelo valor de R\$ 6,00. O veículo sai do centro rumo à saída da cidade, onde acessa a PA 140, no trecho que conecta Vigia de Nazaré à São Caetano de Odíveas, outra importante cidade da região e que já pertenceu ao território vigiense. Após 5 km de via asfaltada, mais precisamente entre uma granja e um refúgio de mata fechada, surge a nossa esquerda uma larga passagem de terra alaranjada conhecida como o ramal de Itapuá. Placas fincadas à beira da estrada destacam o nome da ilha e a direção correta para seguir ao nosso destino.

Nesse ponto, aquele imenso ônibus deixava a capa asfáltica para trás e pisava com força no chão endurecido do aterramento. No período de estiagem, o girar de suas rodas na terra seca fazia surgir uma espécie de calda no ônibus, uma poeira formada por pequenas pedras e areia que ao longe se avistava; no tempo da chuva, outro cenário se apresentava, o



mesmo girar tentava se equilibrar no chão lamacento, deslizava e pintava o veículo em terrosa película. Assim seguia, no ronco do motor e no baforar roxo-negror que fugia pelo escapamento, batendo e tremendo aquele corpanzil ao passar pelas pequenas ondulações, que mais pareciam costelas surgidas do barro vigiense.

“*Eu não gosto do ônibus, é muito quente. Na lancha ainda bate um ventinho*”<sup>8</sup> nos conta uma itapuaense entre uma conversa e outra a bordo do veículo. As janelas fechadas, seja para evitar a água da chuva ou a poeira do ramal, transformava o ônibus em uma verdadeira sauna. Aquele abafado parecia dilatar o tempo, deixando a viagem ainda mais demorada. Os rostos suados não escondiam o desconforto térmico que os passageiros passavam ao entrar no ramal de Itapuí.

Seguindo na extensão dos quase 6 km de ramal, várias bifurcações se apresentam e podiam facilmente confundir os olhares estrangeiros, são ramificações que podem nos levar a outras *povoações*<sup>9</sup> como, por exemplo, Macapazinho – o único local que possui uma placa identificando o caminho, e algumas localidades da região da Barreta. Coabitando a via e seus acessos, também nos deparamos com o fluxo de veículos de grande porte como caminhões, tratores ou maquinários utilizados nas diversas lavouras e pecuárias instaladas no ramal de Itapuí. A criação de bovinos e monoculturas, como banana, açaí, cana-de-açúcar e coco, são os principais cultivos que a vista alcança e que contornam o caminho alaranjado do ramal. Além desses aspectos, é possível perceber diversos areais, isto é, extensas áreas de extração de areia branca que atendem principalmente à construção civil. A seguir alguns registros dessas atividades às margens do ramal de Itapuí (Figura 2).

**Figura 2 - Pecuária, monocultura, mineração e a circulação de veículos pesados no ramal de Itapuí.**



Fonte: Acervo do autor (2024).



De todo modo, o conjunto dessas atividades deteriora a estrada, mas, ao mesmo tempo, por questões econômicas, faz com que o poder público mantenha uma vigilante manutenção da via. Inclusive, entre os itapuaenses, há a expectativa de que a terra batida dê lugar ao asfalto, em um movimento semelhante ao que ocorreu no ramal da Barreta, uma via que corre paralela ao ramal de Itapuá e que foi recentemente asfaltada em 2024. Essas atividades encontraram um terreno fértil para sua expansão e, com largas braçadas, avançam suas fronteiras em direção ao grupo social de Itapuá, ao mesmo tempo em que ameaçam a biodiversidade local e os modos de vida.

Seguindo o pensamento de Violeta Loureiro (2023: 23), podemos compreender que essas são algumas das atividades que empobrecem a diversidade ambiental da Amazônia. A retirada da pluralidade botânica afeta inúmeras espécies de animais, aves e insetos que se relacionam com flores, frutos e substâncias dessas espécies. Os solos, por sua vez, são também drasticamente atingidos com a perda da cobertura vegetal. Sem essa proteção botânica, a exposição ao sol e a filtragem de seus nutrientes pelas intensas chuvas tornam esse solo arenoso e pobre de nutrientes. Assim, a retirada ou a substituição da floresta por monoculturas rompe com a lógica da diversidade amazônica e com o equilíbrio do ecossistema, estando diretamente ligado ao empobrecimento biológico do ambiente.

69

Vandana Shiva (2003) amplia esse debate ao argumentar que a monocultura agrícola também resulta em uma monocultura da mente, que empobrece e uniformiza os modos de vida. Em outras palavras, fundamentando-se no pensamento de Shiva e nas dinâmicas sociais de Itapuá, podemos pensar que práticas como a alimentação, a medicina tradicional, a proteção, o trabalho e o cultivo, que são intrinsecamente ligadas ao saber local, são expressões culturais diretamente afetadas pelas novas atividades extrativistas que se estabelecem na ilha e em seus arredores. Desse modo, o que antes era plural e diverso caminha para uma experiência cada vez mais homogênea e árida.

Apesar da presença dessas grandes propriedades, nota-se que, na medida em que nos aproximamos de Itapuá, a vegetação parece se erguer. Em certos pontos, o toque entre galhos e folhas formavam verdadeiras abóbodas verdes que desafiavam a via que apartava as árvores. Na medida em que a floresta avança e se fecha, casas surgem em pequenas clareiras. Galhos e barros formam as paredes que, sobre o telhado de palha, acolhem aquelas pessoas e seus modos de vida. Essa era a arquitetura mais presente nas casas da povoação conhecida como Anauerá.

Nesse local, uma ponte (Figura 3) se apresenta em nosso caminho. Se, a princípio, ela era percebida pequena em tamanho, logo tomaríamos consciência do seu gigantismo na identidade itapuaense. Os pouco mais de cinco metros de extensão que sobrepunha o encontro dos igarapés<sup>10</sup> Anauerá e Caratateua é o que provoca, na ontologia itapuaense, o sentido insular à Itapuá. Bem verdade, a noção local de ilha e a oscilação do nível dessas águas desafiam a nossa compreensão forjada nas ciências formais. Aprendemos na escola formal, durante as aulas de geografia, que ilha é uma porção de terra cercada por água de forma constante o que não seria aplicado à Itapuá, uma vez que há momentos em que esse “abraço fluvial” não ocorre, estando ligado ao nível da maré que vem do furo da Laura e que oscila diariamente. Heraldo Maués (1990) também abordou o tema, não no sentido de classificar ou não Itapuá como ilha, mas entendendo o fenômeno como um elemento intrínseco da identidade itapuaense. Em seu entendimento sugeriu que o pertencimento a uma ilha se configura como um marcador distintivo dos modos de vida locais, diferenciando-os das

demais regiões, incluindo o centro de Vigia. Esse aspecto é tão marcante em Itapuá que é possível saber quem é de “fora” e quem é de “dentro”. Por exemplo, se utilizar a palavra ilha, é sinal que o morador é antigo ou que possui laços mais profundos e consolidados com Itapuá, se utilizar o termo vila, é bem provável que essa pessoa pouco visite ou que seja um morador recente do lugar.

**Figura 3 - A ponte de Itapuá.**



Fonte: Acervo do autor (2025).

Lévi-Strauss (2010) nos revela que o pensamento humano pode trazer pares opostos, são formas que as sociedades organizam e classificam o mundo. Cru↔cozido, doce↔amargo↔salgado, bom↔mau entre tantos outros. Em Itapuá os binômios também se fazem presentes, podemos destacar vila↔ilha, ilha↔continente, lancha↔ônibus, quintal↔roça entre muitos outros que refletem pensamentos que estão nas extremidades, ou seja, são opostos, mas servem para ordenar as relações sociais itapuaense. Em meio à dicotomia dos termos, e em respeito àqueles que possuem raízes profundas com essa terra, vamos nos referir à Itapuá como ilha, entendendo que esse termo é um marcador antropológico da identidade itapuaense.

Após a emblemática ponte de Itapuá, observa-se que as grandes propriedades rurais marcam forte presença no território da ilha, estando cada vez mais próximas do grupo social itapuaense. As fronteiras avançam, encontram um solo fértil às suas atividades e imprimem



uma paisagem mais uniforme e outra dinâmica aos modos de vida. Aquele solo alaranjado vai serpenteado as monoculturas até chegar a uma bifurcação, à esquerda uma vegetação mais fechada, com casas mais espaçadas e poucas cercas, é a região conhecida como o Açaí; à direita, uma região mais descampada, onde a via se alarga e as casas se assemelham a sítios, é a povoação – local que concentra a maior parte da população da ilha. Chegamos em Itapuá.

### *A travessia pelas águas de Laura*

Após conhecermos os caminhos do ramal é chegada a hora de navegarmos pelas águas salobras que nutrem o viver vigiense e itapuaense. Nesse caso, o Furo da Laura ou Rio Guajará-mirim, como também é conhecido, corre de forma adjacente à baía do Marajó até encontrá-la em dois pontos, é o curso d'água que nos permite outro deslocar até a ilha de Itapuá e por onde, diariamente, há um fluxo intenso de embarcações voltadas à pesca e à locomoção.

Para nossa ida à Itapuá vamos, novamente, ter o centro de Vigia como referência. Nesse ponto, se caminharmos pelo comércio vigiense em direção ao local da nossa viagem, vamos passar pela praça da prefeitura de Vigia e pela histórica construção Jesuítica da igreja de Pedra (ou do Bom Jesus) até chegarmos à praça do pescador, onde um pequeno porto possibilita o embarque e o desembarque de pessoas e de mercadorias na rota Vigia-Itapuá, ou vice-versa. Nessa praça há restaurantes, quiosques e uma imponente imagem de São Pedro ao centro. O santo, seguindo as tradições católicas, é o padroeiro dos pescadores. Vigia, bem como Itapuá, é conhecida pela sua vocação pesqueira.

71

A cidade de Vigia é marcada por símbolos que remetem à atividade pesqueira, presentes em sua orla, nas inúmeras lojas de pesca e até na igreja matriz Madre de Deus, onde, em sua entrada, está gravada a frase “Auxílio dos Pescadores Vigienses”. Em 2024, o Círio de Vigia, conhecido por ser o mais antigo do Pará, trouxe no manto das romarias de Nossa Senhora de Nazaré a imagem de barcos, evocando o Furo da Laura e as embarcações que navegam por suas águas. Religião e pesca parecem caminhar de forma indissociável entre os vigienses, um aspecto que se torna ainda mais evidente quando observamos frases bíblicas e nomes de santos estampados nas diversas embarcações ancoradas ao longo das margens vigienses.

Do outro lado dessas águas, Maués e Motta-Maués ao ressaltarem os aspectos religiosos que marcam a Itapuá vivenciada por eles, como o catolicismo e a pajelança, destacaram também o fato desse grupo social ser formado, em sua grande parte, por pescadores artesanais. A Itapuá vivenciada neste estudo também notou uma forte presença da atividade pesqueira, envolvendo a captura de espécies como gurijuba (*Arius luniscutis*); pratinheira (*Mugil curema*); sardinha (*Sardinella janeiro*); dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), pescada-amarela (*Cynoscion acoupa*); pescada-branca (*Cynoscion leiarchus*); pescada-preta (*Plagioscion auratus*); acari (*Loricariidae*); Jurupiranga (*Tachysurus luniscutis*) e peixe-pedra (*Synanceia verrucosa*). No entanto, a abundância de peixes nas águas vigienses atraiu grandes empresas pesqueiras, criando um cenário em que a pesca artesanal, apesar de resistir, coexiste com embarcações industriais que promovem uma pesca predatória, não somente pela carne, mas também pelo grude<sup>11</sup> (Figura 4).

**Figura 4 - Grude recolhido por um pescador itapuaense.**



Fonte: Acervo do autor (2024).

Além da predação, o aumento da modalidade pesca industrial tem agravado a qualidade dessa água. O transitar de mais embarcações representa mais despejo de substâncias poluentes nas águas. Esses são fatores que tencionam e impactam a pesca artesanal e a subsistência de pescadores e pescadoras vigienses e itapuaenses. O descarte do óleo e de outros resíduos tóxicos no rio, por exemplo, são causas diretas do desequilíbrio ambiental, do enfraquecimento da diversidade e do aumento dos desafios à atividade pesqueira, com destaque à artesanal. Diante dessa violência, o Brasil, por meio da lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, mais conhecida como “lei do óleo”, dispõe sobre os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação e no descarte de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas nas águas. Mesmo assim, enquanto aguardávamos a embarcação que nos levaria à Itapuá, era possível observar o óleo flutuando nas águas da margem vigienses, nesse mesmo local, diversas pessoas denunciavam a prática ilegal e os malefícios que ela impunha à saúde do rio.

Ainda no ponto da travessia, fomos percebendo que o local era ótimo para iniciar diálogos. O clima aparentemente tranquilo e o vento suave que vinha de Laura fazia ecoar memórias, principalmente dos mais antigos. Foi nesse pequeno porto que ficamos sabendo que a praça do pescador, em tempos idos, foi espaço de grandes festividades e lazer para os vigienses. Embora isso ainda aconteça de maneira semelhante, só que um pouco mais distante da praça, em uma espécie de anexo que fica na frente da igreja de pedra e a uns 10 metros da praça do pescador. Os mais antigos, inclusive, gostam de se referir ao porto utilizando pelo seu antigo nome “rabo de osga”, que além do lazer também proporcionava um excelente local de pescaria na beira.

O vento que Laura trazia aliada à espera da embarcação acalentavam uma brisa serena que deixava as pessoas mais comunicativas, fazendo com que o rabo de osga fosse um local de compartilhamento de inúmeras histórias sobre a ilha, seus personagens e acontecimentos. Algo bem diferente do calorento ônibus que tremulava na terra batida e deixava a



comunicação quase que impossível.

Entre as muitas histórias contadas há algumas que se destacam por colocar Itapuá no centro ou no protagonismo de vários eventos, até mesmo em escala global. No rabo da osga, ouvi que foi em Itapuá que o navegador e cartógrafo italiano Américo Vespúcio pisou pela primeira vez no continente que é batizado em sua homenagem; também *espiei de rabo de olho*<sup>12</sup> e ouvidos atentos que um grande terminal portuário seria construído na ilha para o escoamento de minérios e grãos, mas que na última hora o político José Sarney levou o investimento para o estado do Maranhão; em outros momentos soava aos ouvidos que Vigia e Itapuá foram as últimas regiões do Brasil a aderirem à independência. Para uns, essas histórias não existem, *sem pé nem cabeça*; para outros, são verdades incontestas, mas o fato é que as pessoas contam, narram a partir de um imaginário local.

A partir de Paes Loureiro (2015) compreendemos o imaginário amazônico como algo poetizante estetizador que governa o sistema de funções culturais, tendo como suporte material a natureza e desenvolvendo-se por meio da vaga atitude contemplativa própria do homem da região em sua imersão no devaneio. Dessa forma, vamos perceber que em Itapuá essas falas também são imersas em um imaginário contemplativo da ilha, ou seja, as histórias que chegam e que possuem uma abrangência nacional e até mesmo global são lidas, interpretadas, a partir de um imaginário itapuaense, ou como o autor coloca, em sua meditação ontológica, que posiciona a ilha como a protagonista de vários debates.

Foi também no Rabo de Osga, sob os olhos de São Pedro, na praça dos pescadores, que ouvi outras duas falas que merecem destaque. Um senhor, ao recordar com tom jocoso histórias saudosas da ilha para duas senhoras, disse: “*As matintas de hoje não sabem nem mais assoviar*”. A frase, além de arrancar algumas gargalhadas, também remete a um tempo em que as matintapereras eram mais presentes, refletindo as dinâmicas sociais e ambientais.

Em nossas vivências em Itapuá, sempre que nos indicam o lugar de aparição das matintas, ele está associado a uma área de mata mais densa ou a localidades menores que ainda preservavam biodiversidade. Inspirados em Philippe Descola (2016), compreendemos que a relação social com o ambiente de 'mata fechada' se estabelece de forma singular. Espaços densamente arborizados, dependendo da hora e da fase da lua, tornam-se cenários de aparições e transmutações, revelando um regime específico de interação entre pessoas e matintas.

A segunda fala se deve a um São Benedito de Itapuá, um santo muito procurado pelos moradores da ilha e das localidades vizinhas. As pessoas costumam fazer pedidos, súplicas e orações ao santo, há quem deixe velas e fitas em agradecimento pelas graças recebidas. As solicitações variam desde a cura de enfermidades até situações relacionadas à pesca, como a perda de redes e a escassez de peixes. Maués (1990) destacou que em Itapuá o padroeiro era o menino Deus, mas o santo que reunia maior devoção era São Benedito.

As duas falas expressam aspectos dos modos de vida vigiense. Se, por um lado, a matinta deixou de assoviar, por outro, o São Benedito parece semelhante ao observado por Maués. Isso nos faz refletir que a expansão das fronteiras de um ambiente menos biodiverso fortalece uma religião dominante, no caso, as igrejas cristãs, e enfraquece as expressões locais, como a matinta.

Foi nesse processo de escuta atenta e diálogo, inclusive nas conversas marginais ao discurso principal, que começamos a reunir informações antes mesmo de adentrar a navegação por Laura. Como nos lembra Roberto Cardoso de Oliveira (2023), o trabalho

antropológico inicia-se com atos cognitivos preliminares, olhar e ouvir, que precedem e fundamentam a escrita etnográfica. A noção de *sentidos atentos* (Santos; Moraes Júnior; Lemos, 2024) amplia essa perspectiva, incorporando múltiplas formas de percepção que atravessam o fazer etnográfico. A experiência sensorial no campo não apenas fornece dados, mas direciona a apreensão dos modos de vida, convocando o etnógrafo a exercer habilidades sociais de escuta, interação e leitura sensível dos contextos vivenciados.

Deixando um pouco as conversas de lado, ainda na praça do pescador, ou melhor, no rabo de osga, é possível observar a primeira face de Itapuá. Surge uma paisagem amazônica entrelaçada por uma espécie de mangue-varzeiro, onde plantas de raízes retorcidas parecem sair do solo, onde a oscilação da maré fertiliza o solo itapuaense. Ao centro desse *muramento* verde, um largo espaço de gramas e um pequeno trapiche podem ser observados, é o início da ilha.

A rota Vigia-Itapuá ou Itapuá-Vigia, mais conhecida como “a travessia”, possui duração de aproximadamente 15 a 20 minutos, e são realizadas pelas chamadas lanchas, no valor de R\$ 5,00. Esse tipo de embarcação é constituído em madeira e pode transportar em torno de 20 passageiros, além de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, bicicletas, alimentos, mercadorias e materiais de construção, leva-se de tudo pelas águas de Laura. Nessa embarcação, há duas possibilidades de acomodação: o teto ou o salão. No teto vão as mercadorias maiores, mas há quem prefira ir nesse espaço, vislumbrando a paisagem e sentindo o vento e o calor do imponente Sol do salgado paraense. No salão, ao contrário do teto, as pessoas podem se acomodar em bancos que ficam nas extremidades ou atravessados nesse espaço. A altura de cerca 1 metro e meio força a coluna dos mais altos que se curvam na procura de um lugar. Ao centro do salão, um avantajado, estrondoso e fumacento motor a óleo diesel possui lugar privilegiado. O seu cantar é a trilha sonora que embala a travessia e faz garças, guarás e urubus voarem do manguezal na medida em que a lancha se aproxima e margeia Itapuá.

A calma do curso fluvial faz, na serenidade de Laura, o singrar da lancha nas águas salobras. No controle da embarcação, um comandante seguia com olhos atentos, meio corpo para fora da cabine e esbanjando destreza no manuseio do timão somente com os pés (Figura 5). Aos olhares estrangeiros a cena parecia incomum, “estranha”, mas para os e as itapuaenses aquilo era algo natural, nenhuma aparente incompreensão era esboçada, não havia dúvida que esse é o jeito correto de conduzir a embarcação. E assim foi, aquela lancha navegando pelo furo da Laura, beirando a urbanidade de Vigia e seus grandes barcos ancorados na beira, até o colossal manguezal que se elevava na ilha de Itapuá.

Figura 5 - O modo de navegar em Itapuá.



Fonte: Acervo do autor (2025).

Perto do destino, duas áreas possíveis ao desembarque se acenavam: o trapiche, quando as águas estão baixas ou o pequeno porto que desemboca no início das primeiras casas, quando a maré está alta, Laura é quem direciona o destino. O desembarcar nas águas rasas significa chegar na Itapuá de fora, uma área que já acolheu praia, bares e fazenda de búfalo e de gado, trata-se de um terreno alagado de vegetação baixa. Até uns dois ou três anos atrás havia uma ponte de madeira, com várias peças soltas e ausentes que causavam inúmeros acidentes. A antiga passarela foi substituída por um aterramento que formou uma espécie de rua, onde até carros e motos conseguem trafegar em meio aos pedestres que buscam caminhar no local. Nos seus mais de 500 metros, a nova rua vai serpenteando o campo alagado e, em certos momentos, segue paralela a antiga passarela que vai sendo engolida pela vegetação e repousando na memória daqueles que por ela transitaram.

Chegando no porto das águas grandes vamos encontrar diversas pequenas embarcações, como cascos e montarias, e suas inúmeras redes de pesca. Descer nesse local, além de economizar uma boa *pernada*<sup>13</sup>, é chegar na região conhecida como povoação, onde se concentram a maior parte dos moradores de Itapuá. As primeiras residências surgem justamente nesse ponto, são de alvenaria e se assemelham a estrutura de sítios – pequenas propriedades rurais, um padrão repetido em várias partes da povoação.



No campo religioso, ocorreram profundas mudanças nas dinâmicas sociais. Se, em Maués (1990), pajelança e catolicismo possuíam uma íntima relação que foi central para o conceito de catolicismo caboclo, em Motta-Maués e Villacorta (2008) observou-se outra realidade. Nesse trabalho, a presença de pajés é reduzida, enquanto a Igreja Católica continua predominante, mas agora acompanhada por cultos evangélicos, resultado da instalação da Assembleia de Deus. Em nosso estudo, também encontramos dificuldades para identificar pajés ou até mesmo falar sobre pajelança. Por outro lado, o catolicismo ainda nos parece ter grande apelo em Itapuá, coexistindo com o crescimento das igrejas pentecostais. Até o momento da conclusão deste trabalho, contabilizamos sete espaços vinculados ao movimento pentecostal, entre igrejas e pontos de oração, o que evidencia o enraizamento dessa religião entre a população local.

Vale ressaltar que essas informações demonstradas sobre o campo religioso não significam dizer que a pajelança não existe, mas destacar que este estudo enfrentou uma dificuldade em falar sobre o assunto com o grupo social. Na maioria dos casos são retratados como aspectos que ficaram no passado, ou que estão escamoteados para povoações mais distantes da ilha.

A partir dos registros etnográficos de Maués, Motta-Maués e Villacorta, bem como de nossas observações e anotações em campo, podemos dizer que Itapuá vem sofrendo um processo de ordenamento *à la* urbano, o que chamamos de municipalização. O melhoramento do ramal facilitou a locomoção e fez com que a relação campo-cidade ou ilha-continente fosse estreitada. As casas parecem seguir um modelo de sítio, outras de condomínio, nessas moradas pouco há diversidade, cabendo aos campos gramíneos ou aos açais colorir com um pouco de verde a árida arquitetura.

Edna Alencar e Isabel Sousa (2016), ao abordarem modos de habitar na várzea amazônica, entre o tradicional e o moderno, destacaram que apesar das modificações estruturais da casa, as pessoas tendem a manter os usos e costumes do mundo rural. Por outro lado, podemos levar esse pensamento para entender a outra face, a dos chamados de fora que, mesmo passando a habitar o “campo”, levam consigo o seu modo de habitar da cidade. Essa dinâmica amplia a ocorrência de cercas e muros, do tráfego de veículos, da diminuição da biodiversidade e na diminuição do convívio entre pessoas.

Caminhar pela povoação, em sua rua principal, é encontrar casas espaçadas e delimitadas com seus muros; é não ter um aconchego de sombra, o que nos faz lembrar das histórias das laranjeiras ainda em Vigia; é caminhar entre carros e motos que, em seus passares ao longo do dia, criam uma neblina cor de açafraão que invade os terrenos, sem ao menos respeitar cercas ou muros. Enquanto isso, o ladrilho dos cães ecoava pela ilha e alertava a vizinhança, havia gente estranha passando na rua. Janelas se abriam e revelavam olhares curiosos que logo se dispersavam ao verem que não era nada demais, apenas uma gente de fora.



**Figura 6 - A rua principal de Itapuá.**



Fonte: Acervo do autor (2024).

## 77 **Considerações Finais**

Desde 2021, nossas idas e vindas à Itapuá têm depurado o nosso olhar, seja na espera ou no balanço dos transportes. A mobilidade entre a ilha e o continente revela potenciais epistemológicos ao explorarmos os trajetos percorridos por meio de uma etnografia do deslocamento. É na travessia e nos ramais que o conhecimento se manifesta: diálogos e conversas paralelas explicam e provocam inquietações, possibilitam novas compreensões, afetam os sentidos e nos desafiam a aprofundar questões.

A Itapuá descrita pelas pesquisas antropológicas das décadas de 1970, 1980 e 1990 apresentam aspectos socioculturais que ora se assemelham, ora se diferem da ilha retratada neste estudo. A transformação da paisagem pode ser entendida como um reflexo natural e esperado das dinâmicas dos modos de vida e suas interações. No entanto, essas mudanças moldam uma paisagem que atende a um mercado mais amplo, resultando em uma antropização árida, incompatível com o horizonte dos modos de vida forjados na diversidade.

A floresta é gradualmente substituída, sufocada pelas grandes propriedades de terra e pelas monoculturas. O solo é remexido e violentado pela extração de areia branca, destinada, em grande parte, às necessidades da construção civil. A pesca artesanal resiste e coexiste com a voracidade das grandes empresas e de seus mercados consumidores, impulsionados pela indústria pesqueira e pelo comércio em torno do grude. Enquanto isso, furos, rios e igarapés, que abrigam vidas e cosmologias, enfraquecem diante do crescimento desordenado da cidade e de suas atividades.

Itapuá vivencia um processo de municipalização, no qual o seu crescimento populacional, impulsionado pela chegada de novos habitantes, intensificou o fluxo de veículos, de novas congregações religiosas, de outras redes de comunicação, além de

mercadinhos, escolas, Unidade Básica de Saúde e açougues. Além disso, esse processo ampliou ruas e reduziu significativamente a cobertura vegetal. A desertificação é notada nos quintais, geralmente cobertos por gramíneas e açais, e nas ruas, onde as cortinas de poeira sobem e invadem as casas e os terrenos itapuaenses.

Por fim, embora ainda haja muitos temas a serem aprofundados, encerro este texto destacando a importância das pesquisas realizadas anteriormente na ilha. Além de todo arcabouço científico, as obras de Heraldo Maués, Angélica Motta-Maués e Gisela Villacorta abriram portas para os nossos primeiros diálogos. Com o tempo, mencionar estes trabalhos se tornou uma estratégia metodológica valiosa no diálogo e no convívio com as pessoas. Talvez não fosse possível ter a mesma confiança se as pesquisas anteriores não tivessem existido ou se tivessem sido conduzidas de forma desrespeitosa com a comunidade. Dessa forma, a vivência em Itapuá e em seus caminhos nos revelaram a necessidade de conduzir uma pesquisa séria e comprometida, tanto com a ciência quanto com o grupo social.

## Notas

<sup>1</sup> Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), parecer nº 6.760.361

<sup>2</sup> Em Itapuá, como nos mostra a pesquisa de Motta-Maués e Villacorta (2008: 334), a Matintapereira é representada como uma mulher que pode assumir a forma de animais, sendo capaz de voar como os pássaros, emitindo nessa ocasião um assobio característico.

<sup>3</sup> É o elo entre pessoas e o sobrenatural (Motta-Maués; Villacorta, 2008).

<sup>4</sup> Esse é um tema que gera muitos debates entre os historiadores. Acreditasse que a missão de Castelo Branco aportou na então aldeia Uruitá, dos Tupinambá, a sudeste da ilha do Marajó, seis dias antes de fundar Belém. Posteriormente, a aldeia Uruitá virou um porto de vigilância do tráfego da baía do Marajó, o que mais tarde ficaria conhecida como Vigia. Desse modo, o município festeja sua fundação a contar da primeira passagem portuguesa ao local, ainda como Uruitá, em seis de janeiro de 1616 (Maués, 1990).

<sup>5</sup> O modelo de ordenamento agrupou, nessas regiões, municípios com características similares como: geográficas e socioeconômicas. A partir dessa fragmentação, cada ente federativo passou a ter mesorregiões subdivididas em microrregiões. Atualmente, o estado do Pará possui seis mesorregiões (Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense) e vinte e duas microrregiões (Almeirim, Altamira, Arari, Belém, Bragantina, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Furos de Breves, Guamá, Itaituba, Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Portel, Redenção, Salgado, Santarém, São Félix do Xingu, Tomé-Açu e Tucuruí). Disponível em: < <https://www.pa.gov.br> >. Acesso em: 10 de maio de 2023.

<sup>6</sup> Título da obra idealizada por Heraldo Maués, que se debruça sobre a pajelança cabocla na ilha de Itapuá (1990).

<sup>7</sup> Título da obra literária escrita por Gera Wellington (2019) retrata a viagem de uma menina

de Belém até a terra de seu Avô, Itapuá. Na história, além de ressaltar os modos de vida da ilha, são apresentadas inúmeras interações entre a menina e os seres encantados que habitam o local.

<sup>8</sup> Diário de campo, 18 de janeiro de 2024.

<sup>9</sup> Termo utilizado em Itapuá para se referir a locais que concentram um quantitativo de pessoas, como localidades ou comunidades.

<sup>10</sup> Um caminho fluvial que adentra as matas e que se conecta com outro corpo de água.

<sup>11</sup> O grude é extraído das vísceras do peixe por meio de um processo de evisceração. A prática acontece por meio de um corte longitudinal na região ventral do peixe para remover a bexiga natatória. Em seguida, a bexiga é lavada com água e separada para uma rápida limpeza, removendo assim o sangue e a gordura. O material é desejado por países asiáticos, onde é utilizado como fixador nas indústrias de cosméticos, alimentos e bebidas, como demonstrados pelas pesquisadoras Vanessa Ferreira e Greice Carneiro (2022).

<sup>12</sup> Expressão local que denota o ato de ouvir a conversa entre outras pessoas.

<sup>13</sup> Termo local para se referir a uma longa caminhada ou a grandes distâncias.

## 79

### Referências

Alencar, Edna Ferreira; Sousa, Isabel Soares de. 2016. “Tradição e mudanças no modo de habitar as várzeas dos rios Solimões e Japurá, AM”. *Iluminuras*. Nº 41, p 203-232.

BRASIL. Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2000.

Campos, Ana Caroline de Souza; Jardim, Mário Augusto Gonçalves. 2020. “Composição florística da regeneração de um trecho de savana na Amazônia Oriental”. *Revista Brasileira de Geografia Física*. Nº 6, p 2777-2787.

Clifford, James. *A Experiência Etnográfica – antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2011.

Descola, Philippe. *Outras Naturezas, Outras Culturas*. São Paulo: 34. 2016.

Deslauriers, Jean-Pierre; Kérisit, Michèle. “O delineamento de pesquisa qualitativa”. In: Poupart, Jean; Deslauriers, Jean-Pierre; Groulx, Lionel-H.; Laperrière, Anne; Mayer, Robert; Pires, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis:



Vozes. 2014. p. 127-153.

Ferreira, Vanessa Rocha; Carneiro, Greice Costa Vieira. 2022. “A Exploração do Trabalho Infantil no Mercado do Grude do Peixe na Cidade de Vigia no Estado do Pará”. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*. Nº 1, vol 8, p 77-95.

Fleischer, Soraya. *Descontrolada – uma etnografia dos problemas de pressão*. São Carlos: EdUFSCar. 2018.

IBGE. Censo demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censos>. Acesso em: 22 out. 2024.

Lévi-Strauss, Claude. *O Cru e o Cozido*. São Paulo: Cosac & Naify. 2010.

Loureiro, Violeta Refkalefsky. *Caminhos e Descaminhos da Amazônia em Busca do Desenvolvimento – Acertos, Erros e Possibilidades*. Manaus: Valer. 2023.

Maués, Raymundo Heraldo. *A Ilha Encantada – Medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: UFPA. 1990.

Motta-Maués, Maria Angélica. “*Trabalhadeiras*” & “*Camaradas*”: Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA. 1993.

Motta-Maués, Maria Angélica; Villacorta, Gisela Macambira. “Matintapereras e pajés: gênero, corpo e cura na pajelança amazônica”. In: Maués, Raymundo Heraldo; Villacorta, Gisela Macambira. *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA. 2008. p. 327-348.

Paes Loureiro, João de Jesus. *Cultura Amazônica – uma poética do imaginário*. Manaus: Valer. 2015.

Oliveira, Roberto Cardoso de. 2000. “Os (Des)Caminhos da Identidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 42, vol 15, p 7-21.

Oliveira, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: UNESP. 2023

Peirano, Mariza. “Etnografia não é método”. 2014. *Horizontes Antropológicos*. Nº 42, vol 1, p 377-391.

Santos, Leonardo Silveira; Moraes Júnior, Manoel Ribeiro; Lemos, Flávia Cristina Silveira. 2024. “Etnografia para Sentidos Atentos: participar, narrar e compreender modos de vida”. In: Lemos, Flávia Cristina Silveira; Galindo, Dolores; Bicalho, Pedro Paulo Gastalho de; Lima, Alúcio Ferreira de; Barros, João Paulo Pereira; Moraes Júnior, Manoel Ribeiro de; Aquime, Rafaele Habib Souza; Tundis, Amanda Gabriella Oliveira. *Pesquisa-Intervenção: Processos de Subjetivação, Saber e Poder*. Curitiba: CRV. 2008. p. 275-282.



Shiva, Vandana. Monoculturas da mente – perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaya. 2023.

Wellington, Gera. *Itapuí* – um pedaço de chão mágico. Belém: Folheando. 2019.

